

## **Agendas Socioambientais da Pesca Artesanal: Um compromisso com a cidadania**

### Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG)

**Sinopse:** Os impactos da cadeia de petróleo e gás são desafios enfrentados por pescadores da Baía de Guanabara, que lutam em mais de 300 km de espelho d'água para que a pesca artesanal sobreviva. As Agendas Socioambientais da Pesca Artesanal, além de estratégia de comunicação, são instrumentos de incidência política, construídas coletivamente, contribuindo para a segurança territorial de 19 comunidades.

---

Pescadores e pescadoras, caranguejeiros e caranguejeiras de 19 comunidades<sup>1</sup> artesanais do entorno da Baía de Guanabara são os sujeitos das ações educativas do PEA-BG, Projeto de Educação Ambiental coordenado pela Petrobras e executado pela Print Comunicação desde abril de 2019. Trata-se de uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), devido a impactos causados pelo aumento no tráfego de embarcações da cadeia de petróleo e gás na Baía de Guanabara.

O objetivo principal do PEA-BG é fortalecer a organização das comunidades de pesca artesanal para que participem mais efetivamente na gestão ambiental pública, o que implica incidir sobre seu território/mareatório. Mas por que o PEA-BG se faz necessário?

A Baía de Guanabara é cenário de inúmeros conflitos, muitas vezes classificada como uma "zona de sacrifício", mas de grande importância socioeconômica e ambiental para todo Estado do Rio de Janeiro. Ocupa uma área de 342 Km<sup>2</sup>, com um espelho d'água de 328 Km<sup>2</sup>, sendo cercada pelos municípios de Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro.

Com uma população estimada de 18.097.731 pessoas segundo o Censo do IBGE de 2022, abriga também a vida, a cultura, as tradições, a ancestralidade, os sonhos e o sustento de cerca de 8.600 pescadores e 3.400 pescadoras, todos(as) artesanais, que resistem ao processo de “desenvolvimento” na região. O dado apresentado sobre o quantitativo de pescadores foi retirado do aplicativo “De Olho na Guanabara”<sup>1</sup>, criado pelos próprios pescadores artesanais locais, pois oficialmente o poder público não possui dados sobre a quantidade aproximada de pescadores artesanais que ainda vivem e trabalham na Baía de Guanabara. Nunca houve um censo da pesca artesanal na região. Os dados disponíveis nos órgãos públicos afins à pesca variam muito e, segundo a categoria, não representam a realidade na Baía de Guanabara. Trata-se, historicamente,

---

<sup>1</sup> Rio de Janeiro (Ilha do Governador): Tubiacanga, Região da Freguesia/Praia da Guanabara, Bancários/Praia das Pelônias/INPS, Cocotá, Jequiá e Ilha de Paquetá; Magé: Anil, Mauá, São Francisco da Coroa, Coroa de São Lourenço, Piedade, Barbuda, Canal e Suruí; Niterói: Chacrinha, Largo do Sol/Praça do Sol e Chatão/D. Zenaide.

de uma categoria invisibilizada, politicamente pouco considerada, que vem lutando para ser reconhecida, valorizada e preservada.

Os municípios que margeiam a Baía de Guanabara, dentre eles os de abrangência do PEA, compõem a grande região metropolitana do Rio de Janeiro e são atingidos por impactos de características difusas, cumulativas, multifacetárias e históricas. Esses fatores incluem crescimento populacional e industrial desordenado; ausência e/ou insuficiência de políticas públicas efetivas em áreas como saneamento básico, assistência social, saúde, educação, trabalho e meio ambiente; poluição, desmatamento, assoreamento; ausência de legislação/normatização sobre o uso das águas da Guanabara; não respeito e conservação da sociobiodiversidade e das populações tradicionais; dentre tantos outros desafios. Tal contexto é agravado ainda pelos impactos decorrentes da cadeia de petróleo e gás como: diminuição do espaço destinado à pesca artesanal no espelho d'água; aumento do esforço de pesca; redução do pescado e espécies existentes na baía; poluição das águas e sonora; dentre outros. O acúmulo dessas condições resulta em um aumento da pobreza, da desigualdade e da criminalidade, elementos que intensificam a vulnerabilidade socioambiental vivenciada, sobretudo, pelos pescadores artesanais da região, considerado o público mais impactado pelos grandes empreendimentos na Baía de Guanabara. Trata-se de um exemplo vivo de Racismo Ambiental.

Essa realidade afeta diretamente a estrutura das comunidades pesqueiras, descaracterizando a pesca artesanal, pois além da diminuição do pescado, a perda gradativa do território e do maretório, força os pescadores a buscarem alternativas para complementar sua renda. Em longo prazo, essa situação pode ameaçar a sobrevivência da pesca artesanal. Diante desse cenário, o PEA-BG foca seu trabalho no fortalecimento destas comunidades pesqueiras artesanais, de forma que possam assegurar seus espaços (território e maretório) de expressão e sobrevivência.

O projeto engloba uma variedade de atividades participativas, fundamentadas na Educação Ambiental Crítica. A mobilização dos participantes do setor pesqueiro e o desvelamento coletivo dos conflitos citados são desafios para a nossa equipe multidisciplinar, composta por 24 educadores socioambientais, incluindo quatro coordenadores, oito analistas ambientais e 12 agentes sociais<sup>2</sup>.

No território/maretório há mais de 5 anos, o PEA-BG possui um histórico de grandes desafios, tendo enfrentado inclusive a pandemia da Covid 19. Mas o projeto nunca parou e trazemos alguns números para ilustrar nosso trabalho: 15 Reuniões de Retomada; 9 Reuniões de Reaproximação; 9 Reuniões de Nivelamento; 179 Ações Formativas Estruturantes (AFEs) Eixos/Agendas; 22 AFEs para Estruturação Coletiva de Pré Projetos Comunitários; 17 Encontros Temáticos; 9 Intercâmbios de Experiências; 1 Encontro de Culminância; dentre outras atividades que somam cerca de 4.300 sujeitos da ação presentes, tendo sido realizadas cerca de 7.000 mobilizações. Além das atividades citadas, destaca-se a formação de nove Comissões Comunitárias nas nucleações atendidas, uma Comissão Regional, uma Comissão Municipal de Magé e um Grupo das Pescadoras da Guanabara, todos espaços de construção coletiva formados

---

<sup>2</sup> Esses agentes são parte das comunidades abrangidas e contratados pela empresa executora.

pelos sujeitos da ação mais atuantes no projeto. Hoje o PEA-BG tem 1186 atores da cadeia da pesca cadastrados que recebem periodicamente os produtos de comunicação do projeto e são convidados para as ações realizadas, além de 140 instituições públicas e da sociedade civil organizada atuantes na região e 15 projetos vinculados aos processos de licenciamento ambiental.

Para dar conta do processo educativo, foram realizadas 42 formações de equipe, grupos de estudos, reuniões de planejamento e avaliação, participação em aproximadamente 340 eventos afins à temática do PEA-BG, sempre com objetivo de qualificar toda equipe PEA-BG para o desafio da efetivação da Educação Ambiental Crítica.

Sobre as redes sociais, contamos com 12 grupos de WhatsApp; 296 inscritos no canal do YouTube; 246 membros no grupo do Facebook; 693 seguidores na página do Facebook; e 800 seguidores no perfil do Instagram. No PEA-BG a comunicação é muito mais do que acesso à informação: é ferramenta pedagógica, de interação, de poder. Além das postagens permanentes nas redes, temos ainda o Redes da Baía (Boletim Anual do PEA-BG), os Cadernos e Vídeos Educativos; Podcasts mensais, Cafés com PEA; dentre outras ações de comunicação e mobilização realizadas permanentemente por toda equipe.

Vemos, portanto, que a interação/comunicação se inicia no território da pesca com os sujeitos prioritários do projeto, mas se estende à organização de eventos, atividades e divulgação das ações em ambiente online. O contato direto permite que os educadores compreendam a difícil realidade enfrentada pela comunidade pesqueira, assim como os conflitos decorrentes da exploração empresarial no território e marítimo. Esta experiência é fundamental para a construção de ferramentas críticas para a atuação das comunidades a partir das necessidades locais, em articulação com questões de gestão pública.

A pluralidade de experiências dos profissionais que atuam no PEA-BG se desdobra em abordagens humanas e integradas, que apresentam ferramentas críticas para que essas populações transformem a realidade que vivem. Assim, após esses cinco anos de execução contínua, o PEA-BG orgulhosamente relata uma série de resultados concretos. Entre as realizações mais significativas, encontra-se a valorização e o reconhecimento das pescadoras atuantes na região da Baía de Guanabara. Registramos um expressivo acréscimo na participação de entidades que representam a pesca artesanal em instâncias relevantes de controle social. O PEA-BG estabeleceu espaços de diálogo efetivo entre órgãos reguladores e pescadores artesanais, uma etapa crucial na reestruturação institucional das organizações pesqueiras que operam na região. A voz dos pescadores na discussão quanto ao uso e gestão do território/mar territorial da Baía de Guanabara tornou-se mais proeminente, assim como o acesso a direitos essenciais, como documentação e benefícios previdenciários. Verificamos uma articulação mais eficaz entre as comunidades pesqueiras, instituições representativas e a Petrobras, resultando em maior visibilidade para essa categoria junto ao poder público e a diversas instituições atuantes na Baía de Guanabara.

Como resultado, esse esforço coletivo culminou na criação das Agendas Socioambientais da Pesca Artesanal nos quatro municípios abrangidos pelo programa: Itaboraí, Magé, Niterói e Rio de Janeiro. Tais Agendas foram selecionadas para o presente caso não apenas por coincidirem com a temporalidade indicada para o Prêmio Jatobá de 2024, mas por terem possibilitado aos pescadores e pescadoras aprofundar seus conhecimentos sobre os problemas/impactos sofridos e propor, coletivamente, estratégias para o enfrentamento das problemáticas identificadas.

### *Agenda é um instrumento de incidência política*

A construção das agendas segue uma série de iniciativas listadas na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da ONU, para a garantia dos direitos básicos das comunidades tradicionais. Nos quatro documentos criados, há o respeito às diferenças culturais e sociais entre os territórios e a seleção de temas caros à pesca artesanal em cada município. A formulação de agendas define as prioridades para a implementação efetiva de políticas públicas e garante a visibilidade de pescadores e pescadoras que historicamente tiveram suas pautas negligenciadas por diferentes frentes.

As Agendas Socioambientais da Pesca Artesanal partiram da Cartografia da Ação Social, que permitiu às comunidades o mapeamento dos territórios, a seleção de problemas e a proposta de soluções. Como forma de suporte aos sujeitos prioritários, pescadores e pescadoras, os profissionais do PEA-BG auxiliaram as comunidades na criação de mapas que refletem o cotidiano em materiais que incluem elementos como manguezais, áreas de pesca e zonas de conflitos. Esta iniciativa promoveu uma reflexão conjunta sobre as características e prioridades de ação em cada território. A cartografia é uma ferramenta que representa as lutas, aspirações e busca assegurar os direitos da comunidade pesqueira frente ao poder público e grandes empreendimentos.

Outra metodologia que merece destaque na construção das Agendas da Pesca e no próprio PEA-BG, por ter viabilizado dentre muitas outras coisas uma leitura mais crítica dos processos vivenciados, é o Teatro do Oprimido. As formações realizadas, os jogos, dinâmicas e as cenas criadas e/ou apresentadas em ações educativas foram essenciais para integrar os coletivos, despertar conhecimentos, bem como desmecanizar corpos, mentes e olhares dos participantes e da própria equipe. A metodologia do TO colaborou para amplificar as vozes sobretudo das pescadoras da Guanabara, que em articulação com os Círculos de Conversa, fomentaram o compartilhamento de experiências e análises coletivas, fortalecendo a luta pelo reconhecimento e valorização da atividade pesqueira artesanal.

*“O PEA-BG soube chegar até nós, não tentou sufocar nossas vozes, mas deu vazão a elas. Por isso hoje o diálogo é possível!”*

A declaração em destaque partiu de um líder comunitário que inicialmente resistiu ao projeto, mas agora reconhece sua relevância. Esta transformação é produto de um trabalho consistente e próximo que honra o conhecimento tradicional e as culturas locais. A interação recíproca de aprendizado entre a pesca artesanal e os educadores ambientais permitiu a apreensão da dimensão humana de territórios frequentemente observados de longe. A inclusão dos atores da ação na equipe do projeto garante a participação ativa dos pescadores artesanais no planejamento, implementação e avaliação de todas as iniciativas, reforça o papel central da pesca artesanal e o respeito que as populações tradicionais merecem. Como resultado desse processo, tem-se as quatro Agendas Socioambientais da Pesca Artesanal, que muito mais do que um documento com as demandas consistentes da pesca artesanal de Itaboraí, Magé, Niterói e Rio de Janeiro, trazem em si sonhos, perspectivas de reconhecimento, propostas de trabalho conjunto e (re)existência.

Para além de estimular análises mais fundamentadas dentro das comunidades, a construção das Agendas favorece a articulação entre os grupos atuantes na Baía de Guanabara e o Poder Público. Resulta na busca de soluções para públicos mais abrangentes, movimento que reforça um objetivo futuro: a construção de um Coletivo das Comunidades Pesqueiras da Guanabara. A partir da Educação Ambiental Crítica, há a inclusão, o respeito e a legitimidade das vozes nas discussões sobre o uso e a gestão do território e do mar. Há a ocupação ativa de conselhos, conferências, audiências, e acesso a editais de financiamento, universidades, mídia e redes sociais. São elencados, ainda, temas de grande expressão entre os comunitários, como: segurança territorial; legislação para o uso da Baía de Guanabara; espaços de diálogo efetivos; fiscalização eficaz; fim do racismo ambiental; reconhecimento da importância dos povos tradicionais e políticas públicas para a classe pesqueira.

O estímulo à participação cidadã, ao controle social e a incidência política a partir das ferramentas apresentadas pela abordagem da educação crítica coloca as comunidades pesqueiras como protagonistas nas mudanças necessárias. Envolve a municipalização e regionalização de demandas, além da proposição de alternativas. Tudo isso foi construído a partir de uma comunicação aberta, dialógica e transformadora.

### *Formação das Agendas*

As Agendas emergiram como uma iniciativa necessária para que as comunidades debatessem conflitos e impactos que vão além da cadeia do petróleo e gás. Estas compilam as demandas chave, as sugestões de soluções e os parceiros potenciais. Em 2022 foram realizadas as primeiras Ações Formativas Estruturantes (AFE) para a validação dos temas prioritários. Essas atividades consistiram no início do processo cartográfico com sistematização das principais demandas apresentadas pela pesca artesanal em campo.

Porém, a construção das Agendas em si ocorreu a partir de março de 2023, tendo sua “conclusão” em setembro de 2024 com a realização de um Encontro Temático para lançamento e entrega das Agendas impressas aos atores envolvidos e demais públicos de interesse. Contabilizam-se 96 AFEs, com 817 participantes, cujos temas passaram pela espacialização, problemas, conflitos, construção de demandas e busca por soluções. Para a realização das atividades, houve um intenso trabalho de mobilização das comunidades (aproximadamente 2.690 sujeitos da ação contatados), a partir do envio de convites e articulação dos agentes que atuam em campo.

Em março de 2023, foram realizadas ações voltadas à espacialização da pesca artesanal que possibilitaram às comunidades pesqueiras se colocarem no mapa e reforçaram a importância dessa atividade tradicional. Foram demonstrados as artes mais usadas, rotas, locais de embarque e desembarque, locais de moradia e socialização, dentre os aspectos que envolvem a pesca artesanal nos territórios e no maretório.

Nas AFEs realizadas entre maio e junho, importantes reflexões sobre os conflitos/problemas vivenciados foram levadas, sobretudo a perda de espaço para a pesca e a manutenção das tradições das comunidades pesqueiras. Questões relacionadas à poluição, assoreamento, fiscalização indevida, pesca predatória, dificuldade de acesso à documentação, ausência de políticas e infraestrutura voltadas à pesca artesanal foram questões abordadas em todas as localidades.

Em julho e agosto de 2023, foram analisadas a intensidade dos problemas consolidados nas atividades anteriores, delimitadas prioridades e iniciado o processo de pensar possíveis formas de enfrentamento. Em setembro, as comunidades começaram a estruturar o quadro da Agenda Socioambiental em si, delimitando para cada problema - ações, prazos, responsáveis e parcerias necessárias. As ações realizadas entre setembro e novembro buscaram por meio das Árvores de Problemas e de Soluções propor ações para um possível enfrentamento/mitigação dos principais problemas da pesca artesanal na Baía de Guanabara.

Em janeiro de 2024, os atores da pesca foram chamados a especializar as propostas pensadas para solucionar os principais problemas identificados em cada eixo das Agendas. Na sequência, as AFEs de desdobramentos passaram a tratar com cada município as pautas de maior interesse: Itaboraí (assoreamento), Niterói (dragagem Rio São Lourenço); Magé (Coordenadoria da pesca e outras políticas públicas voltadas à pesca artesanal) e Rio de Janeiro (Ecobarreiras, assoreamento e fiscalização ineficiente).

Como resultado, foram produzidas agendas baseadas nas interações com as comunidades que evidenciaram a complexidade territorial fluminense a partir da definição de quatro eixos distintos: Saneamento Ambiental; Uso e Gestão das Águas da Baía de Guanabara; Ordenamento Territorial e Infraestrutura/Políticas Públicas para a Pesca Artesanal. Tais Eixos dialogam com as Agendas 2030 da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e dos municípios, bem como com as pautas nacionais da pesca artesanal, situando os pescadores artesanais da Baía de Guanabara na luta pelos direitos dos povos tradicionais.

## Conclusão

Em 30 de setembro de 2024, as 3.000 (três mil) Agendas começaram a ser distribuídas durante o Encontro Temático de Lançamento realizado na cidade de Magé. O conteúdo do material proporciona uma visão didática e simplificada sobre o diagnóstico, as soluções propostas e os objetivos definidos pelos membros das comunidades pesqueiras artesanais em cada área contemplada pelo projeto. O material é uma síntese das discussões produtivas decorrentes da interação entre os pescadores, pescadoras, caranguejeiros e caranguejeiras com o PEA-BG durante os vários anos de trabalho conjunto.

Tal resultado foi viabilizado por meio de um cuidadoso planejamento, da determinação e das relações humanas cultivadas ao longo de todo o processo. A entrega das Agendas Socioambientais da Pesca Artesanal representa tanto a conclusão de uma etapa, quanto o marco de um movimento político que pode, no futuro, promover transformações substanciais na realidade dessas comunidades. A identificação dos problemas e a organização das Agendas são os primeiros passos para uma atuação autônoma das comunidades abrangidas pelo PEA-BG e reforça necessidade de construção de uma Política Nacional da Pesca Artesanal. Porém, é a primeira etapa (concluída com resultados significativos e muito positivos). Daqui para frente a execução do PEA-BG segue junto às comunidades pesqueiras, visando os desdobramentos das Agendas construídas, de forma que problemas sejam convertidos em possibilidades e direitos concretos para a pesca artesanal na Baía de Guanabara.

Este é um trabalho que orgulha a Print Comunicação e merece participar de um prêmio com tamanho prestígio, como é o caso do *Prêmio Jatobá PR*. Destaca-se, também, que todo trabalho contou com a concordância e coparticipação do empreendedor, que referenda nossas práticas e compartilha com os princípios fundamentais da diversidade dos povos. A comunicação foi peça fundamental deste projeto. Possibilitou iluminar questões históricas que merecem a atenção do Poder Público para transformar a realidade de várias famílias. Foi o espaço do reconhecimento coletivo dos saberes, das múltiplas identidades, dos vínculos e da esperança por dias melhores.